



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# Relatório de Audiência

**Dia:** 27 de Outubro de 2010

**Hora:** 14h30

**N.º 39/XI (1.ª)**

**ENTIDADE:** Associação de Armadores de Pesca do Norte, representada pelo Dr. Duarte Sá (Secretário-Geral da AAPN) e pelo Dr. José Carlos Gonçalves (Vianapesca).

**ASSUNTO:** Código Contributivo da Segurança Social

**Recebida pelos Senhores Deputados Isabel Coutinho e Lúcio Ferreira (PS), Margarida Almeida e Ulisses Pereira (PSD), Abel Baptista (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP)**

Os requerentes da audiência explicaram que as associações de pesca artesanal pretendiam fazer-se representar naquela reunião por uma Comissão por elas designada, constituída pelos presentes e ainda pela Dr.ª Filipa Faria, da AAPACSACV (Sines), e pelo Sr. Hélder Rita, da Quarpesca, os quais, por compromissos já assumidos, não puderam estar presentes.

Informaram já terem reunido com a Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, cujo presidente sugeriu que solicitassem aquela audiência à 11.ª Comissão Parlamentar, por ter acompanhado o processo de aprovação do Código Contributivo.

Explicaram que a realidade da pequena pesca em Portugal, que é um sector com dificuldades, está ao nível mais baixo de sempre e que, apesar de não serem contra o abate, entendem que é preciso apurar em que segmento o mesmo faz sentido. Segundo a Comissão Europeia, há barcos a mais e recursos a menos, daí que seja necessário reduzir as frotas comunitárias. No caso de Portugal, que é um país voltado para o mar, explicaram que a frota nacional já foi muito reduzida e que não o deve ser mais, até porque futuramente os recursos irão ser recuperados.

Perante o quadro descrito, esperavam que houvesse algum “conforto” por parte do Governo naqueles aspectos que condicionam a sua actividade. No que diz respeito às contribuições para a segurança social, explicaram que 10% das vendas é retido na Docapesca (o desconto em lota é obrigatório) e que



a esse valor cativo é descontado 29% para a segurança social, sendo calculado deste modo o salário de cada trabalhador. Com o Código Contributivo, a taxa aumenta de 29 para 33%, agravando a situação do armador proprietário da tripulação que é simultaneamente tripulante, pois terá de pagar à parte a respectiva contribuição para a segurança social. Por essa razão, antevêem muitas situações de incumprimento e de dívidas à segurança social.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) começou por dizer que o PCP sempre foi contra as medidas de abate da frota pesqueira. Informou que o Código Contributivo é alterado pelo Governo na Proposta de Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011, não havendo alterações para o sector em causa. Contudo, considerou que terá consequências gravosas a situação do armador que é simultaneamente tripulante, por se verificar uma dupla tributação. A respeito do agravamento da taxa, o PCP considera que é preciso olhar para o terreno: os espanhóis têm um regime de excepção para a pesca artesanal e Portugal deveria apoiá-la também. Concluiu dizendo que as preocupações expressas serão tidas em conta pelo PCP.

O Senhor Deputado Abel Baptista (CDS-PP), que agradeceu as informações trazidas pelos requerentes da audiência, precisou que Portugal, apesar da redução da frota pesqueira, não reduziu o consumo de peixe. Assinalou que, devido ao regime em vigor, o sector da pesca não tem dívidas à segurança social nem é palco de conflitualidade social. Disse que o CDS-PP propôs o adiamento da entrada em vigor do Código Contributivo e não a sua revogação, porque a segurança social tem a sua sustentabilidade posta em causa. Disse ainda que, com o aumento da taxa proposto e a diminuição de rendimentos que se avizinha, para além do fenómeno da dupla tributação, a situação da pesca artesanal será muito grave, razão pela qual importa encontrar uma solução satisfatória.

O Senhor Deputado Lúcio Ferreira (PS) registou a sua preferência pela forma de cálculo actualmente em vigor e disse ter sensibilidade para a questão, que tentará transmitir ao Grupo Parlamentar do PS.

O Senhor Deputado Ulisses Pereira (PSD), depois de saudar os presentes, disse que podem ser desenvolvidos mecanismos para resolver os problemas evidenciados e endereçou um convite aos Deputados presentes para ser gizada uma proposta que possa sanar a situação. Quis saber se os requerentes da audiência tiveram contactos com a tutela e se têm ideia do número de embarcações em que os armadores não são mestres.

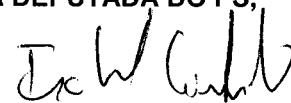
Respondendo aos pedidos de esclarecimentos formulados, os requerentes da audiência disseram que 90% dos proprietários de embarcações de pesca são tripulantes e que, depois de terem solicitado uma reunião com o Secretário de Estado das Pescas, que ficou sensibilizado com a situação, foi por ele proposto que endereçassem idêntico pedido ao Secretário de Estado da Segurança Social, que, até ao momento, ainda não agendou qualquer reunião.



A finalizar, a Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS) agradeceu a presença dos representantes da Associação de Armadores de Pesca do Norte e deu aquela audiência por concluída.

Palácio de São Bento, em 12 de Novembro de 2010.

A DEPUTADA DO PS,



(Isabel Coutinho)